



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

1 **ATA DA 115ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SEGURANÇA**
2 **ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO-CONSEA-ES.**

3 Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às 13h, reuniram-
4 se na Sala de Reunião III da Secretaria do Estado de Trabalho, Assistência e
5 Desenvolvimento social, os seguintes conselheiros: **a) representantes**
6 **governamentais:** Paula Cristina Rocha da Silva da Silva Viana –Suplente/SETADES;
7 Pedro Murilo Silva de Andrade –Titular/SEAMA; Maria Meneguelli Tanure-
8 Titular/SEDU; Livia Welter Manato –Titular/SESA; Gilmar Pahins Pimenta-
9 Titular/SETOP; Haminy Severo Scarpatti Surlo –Suplente/SEP; **b) representantes da**
10 **sociedade civil:** Marcos Roberto Alves Correa –Titular/ ASÈ IGBÀ ÒGÚN ILÈ ASÈ
11 IGBÀ SÒNGÒ; Joice Nascimento Cassino-Titular/CoordenaçãoQuilombolas; Maria
12 Luiza Aparecida Gomes Barbosa –Titular/Pastoral da Criança; Leonardo Alberto Lares
13 -Suplente/Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias; Marilene Rodrigues Cristo –Titular/
14 ACELES; Jaqueline Moreira de Araujo –Suplente/ACELES; Jasseir Alves Fernando –
15 Titular/CUT; Alcemi Almeida de Barros – Titular/GESAN; Oderson Fernandes –
16 Suplente/Instituto Kennedy Palace; Vanilza da Penha Muller de Paula –
17 Titular/Programa Mesa Brasil; **c) ausências justificadas:** Nilceia Maria Pizza –
18 Titular/SETADES; Patrícia Ferraz do nascimento –Titular/SEAG; Ricardo Teixeira
19 Mendes –Titular/SEDES; Simone Carvalho Trancoso Modolo – Titular/SETUR; Keila
20 Christiane Nascimento –Suplente/SETUR; Margareth Batista Saraiva Coelho –
21 Titular/SEDURB; Fabiane Bussular Silva Fassarella –Titular/ADRA; Leomar Honorato
22 Lírio –Titular/MPA; Pedro Makumbundu Kitoko –Titular/Instituto Kennedy Palace;
23 Paulo Cesar Scarim-Titular/GEQA; Luiz Henrique dos Santos –Titular/ Instituto Elimu
24 Professor Cleber Maciel; Carolina Iris Cardoso Rocha Passos –Titular/CRN4;Daniela
25 Meirelles Dias de Carvalho- Titular/FASE-ES; Rosemberg Moraes Caitano-
26 Titular/APN’S; **d) Observadores e/ou Convidados:** Fabio Ramos –CAISAN/ES;
27 Juliana de Oliveira –CAISAN/ES; Gisele Simonetti –CAISAN/ES.

28 **Ordem do Dia** 1-Relato das Comissões Permanentes; 2-Relato da Comissão de
29 Presidentes dos Conselhos Municipais de SAN; 3-GT de Regimento Interno; 4-



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

30 Devolutiva das denúncias recebidas pelo CONSEA-ES; 5- “Veganismo” na
31 Alimentação Escolar; **INFORMES:** Projeto Cisternas; - Visitas Municípios; - Nova
32 Gestão Conselho Federal de Nutricionistas –CFN; - Projeto Permacultura e
33 Diversidade em Cariacica; - Greve dos Caminhoneiros. **Palavra Livre.** O presidente
34 Sr. Alcemi realizou a leitura dos pontos de pauta e informes, para então iniciar a 115ª
35 sessão plenária ordinária. **Primeiro Ponto de Pauta:** Relato das Comissões
36 Permanentes: O presidente Alcemi inicia a plenária informando que não havia
37 sido comunicado que a Reunião das Comissões Permanentes (CP) haviam sido
38 canceladas até chegar na secretaria executiva, e a informação de que não
39 haveria a CP III não partiu dele. O presidente continua sua fala dizendo que foi
40 feito pela secretaria executiva, um balanço sobre as reuniões das CP's, das
41 Plenárias Ordinárias e Extraordinárias, para levantamento das que ocorreram
42 e dos conselheiros que participaram, e que não foi enviado para os
43 conselheiros, porque não houve reunião da Mesa Diretora, e sendo passado
44 em reunião da Mesa Diretora para que a mesma tenha ciência, será enviado
45 aos conselheiros. E com a dificuldade de conseguir reunir a Mesa Diretora
46 devido a quantidade de feriados e as férias da conselheira e vice-presidente da
47 Mesa Diretora Nilceia, e o conselheiro Gilmar não podendo comparecer, não
48 seria prudente ter uma reunião sem os representantes governamentais.
49 **Segundo Ponto de Pauta:** Relato da Comissão de Presidentes dos Conselhos
50 Municipais de SAN (CPCM): A CPCM teria sido convocada pelo Rosemberg e
51 por motivo de viagem cancelou a reunião. O presidente Alcemi explica que a
52 CPCM é uma reunião que acontece bimestralmente, que se reúne os
53 presidentes dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, é
54 uma instância recentemente criada no conselho, para um processo de
55 desenvolvimento em módulo nacional. **Terceiro Ponto de Pauta:** GT de
56 Regimento Interno: O presidente Alcemi diz que os coordenadores são os
57 conselheiros Rosemberg e Maria da Secretaria do Estado da Educação



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

58 (SEDU), e os demais integrantes seriam o próprio presidente Alcemi, e a
59 conselheira Paula. Foi feita algumas reuniões e outras não foram feitas em
60 função de alguns compromissos, e por não ter quórum mínimo, e é importante
61 não avançar na questão do GT, somente com a representação da sociedade
62 civil. O GT de Regimento Interno, estava para a finalizar a primeira rodada, em
63 final de abril, mas se estendeu com mais duas reuniões em maio, que não foram
64 realizadas, então não se tem ainda um cronograma novo do GT de Regimento
65 Interno para apresentar a Plenária. O Presidente Alcemi pergunta se há algum
66 questionamento sobre o GT de Regimento Interno. Não há manifestação de
67 nenhum conselheiro presente. O Presidente Alcemi completa que quando a
68 conselheira Maria chegar, se ela tiver alguma informação nova para ser
69 passada. **Quarto Ponto de Pauta:** Devolutiva das denúncias recebidas pelo
70 CONSEA-ES: A última denúncia recebia, envolve as Comunidades
71 Quilombolas da Região do Sapê do Norte, o conselheiro Rosemberg tentou
72 algumas missões, junto com os conselheiros Oderson, Jaqueline. A última
73 previsão de visita foi no início de maio. A conselheira Jaqueline confirma
74 dizendo que estava prevista para o dia 10 e 11 de maio para que fosse realizada
75 as visitas, que havia sido marcada na plenária anterior, e afirma não ter
76 recebido a informação, mas na semana fez uma ligação para a Secretaria
77 Executiva, então soube que havia sido enviado ao Conselheiro Rosemberg um
78 e-mail, com cópia para o Presidente Alcemi, esclarecendo que não poderia não
79 poderia ser atendido, porque o número de conselheiros excedia a vagas no
80 carro comum, e teria que ser feita na van, mas a mesma estava sendo usada
81 no Capacita SUAS, e por isso não seria possível atender ao CONSEA, sendo
82 assim a visita havia sido cancelada. A conselheira Jaqueline questiona a fato
83 de não ter sido avisa. Complementa que está recebendo e-mail da secretaria
84 executiva pedindo a nova data, e que o conselheiro Rosemberg propôs o dia 5



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

85 de junho, mas ainda não oficializou. E que estaria vendo com a conselheira
86 Maria Luiza, qual o horário da reunião da Comissão Permanente II (CPII), para
87 que possa marcar essa reunião já que o conselheiro Rosemberg não estava
88 presente, sendo um dia na agenda de todo mundo. A conselheira diz que falou
89 com a secretária executiva, a Sra. Janaina, que o capacita SUAS tem
90 calendário para o ano todo, e que a visita tem que se programar em função do
91 calendário do carro da SETADES, tendo que fazer essa consulta, viabilizar as
92 datas e combinar com as datas da SETADES, já que a van estará sendo usada,
93 para o capacita SUAS que tem calendário para o ano todo. O presidente Alcemi
94 pergunta se quando a conselheira Jaqueline diz que precisa de uma van, ela
95 está contando com as pessoas da comunidade caso precisem se deslocar. A
96 conselheira Jaqueline responde que não, e que serão quatro passageiros e o
97 motorista, e que não é viável ter quatro passageiros no carro, até por questão
98 de segurança. E que a conselheira Joice já estaria lá, então sairiam daqui ela,
99 e os conselheiros Oderson, Maria Luiza, e Rosemberg. O conselheiro Marcos
100 pergunta se a visita está fechada apenas para esse grupo ou se pode inserir
101 outros conselheiros. O presidente Alcemi responde que a visita está aberta a
102 todos os conselheiros que manifestarem interesse. O conselheiro Marcos diz
103 que já fez um projeto na Comunidade Quilombola da Região do Sapê do Norte
104 e que está sabendo das denúncias imensas lá, e que gostaria de participar da
105 visita. O presidente Alcemi pede para que se incorpore o nome do conselheiro
106 Marcos para participar da visita. A conselheira Jaqueline diz que agora só
107 depende do conselheiro Rosemberg voltar, e dia 5 de junho a CPII se reunindo
108 para decidir uma nova agenda e que ela terá o cuidado de verificar a questão
109 do transporte em função da agenda que já tem na SETADES. O presidente
110 Alcemi diz que essa denúncia chegou via Ouvidoria Nacional, o CONSEA tem
111 dado alguns passos, mas falta a visita, que é estratégico de se fazer. O



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

112 conselheiro Marcos pergunta sobre o que exatamente é a denúncia. O
113 presidente Alcemi responde que é uma denúncia de violação nas Comunidades
114 Quilombolas, o conselheiro Rosemberg que estaria com a denúncia em mãos,
115 e envolvia acesso à terra, questão de produção de alimentos, dentre outras.
116 Essa denúncia chegou até o CONSEA, e uma das nossas atividades era marcar
117 uma ida até a comunidade para ter uma conversa com as lideranças, e a
118 dificuldade está sendo consegui a liberação do transporte. No primeiro
119 momento não fomos, em função do movimento de Encontros Estaduais, e
120 depois fomos encontrando dificuldade para chegar a comunidade e
121 principalmente porque o ideal seria que essas visitas fossem feitas em um dia
122 no final de semana, e pergunta para a conselheira Jaqueline se a data da visita
123 está integrada com o fim de semana. A conselheira Jaqueline responde que as
124 datas seriam marcadas para caírem em quinta e sexta-feira, em 10 e 11 de
125 maio, para que fossem na quinta-feira pela manhã, no período da tarde fariam
126 a visita a um município, no dia seguinte pela manhã fariam outro município e
127 retornariam após o almoço. O presidente Alcemi explica que teve um momento
128 que a comunidade solicitou, mas era em um sábado, e houve dificuldade de
129 mobilização, por causa de carro e motorista, então não houve condições de
130 fazer a visita no momento em que as comunidades pediram. O presidente
131 Alcemi pergunta se a conselheira Joice tem alguma informação sobre as
132 comunidades. A conselheira Joice diz que esteve em uma reunião da Estadual
133 naquela semana e falou justamente sobre esse assunto, e que as comunidades
134 estão esperando os conselheiros marcarem uma data para estarem indo até lá
135 visitar. A conselheira Jaqueline diz que dia 5 de junho a Comissão Permanente
136 II (CPII) irá se reunir e decidir uma nova data. O conselheiro Marcos diz que a
137 sua pergunta se deu, pelo fato de já ter tido um diálogo sobre a comunidade, e
138 não é só questão de território, além das ocupações, lutas pelas retomadas,



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

139 houve tentativa de homicídio, há o problema de contaminação no solo, e falta
140 de água, porque não se pode furar poço, é bom aproveitar o momento e levantar
141 estas questões, para aproveitar a visita e não ter que voltar lá com outra
142 denúncia, a respeito do solo está contaminado e tem áreas lá em que se não
143 pode plantar e nem comer do que se está plantado, então poderíamos
144 aproveitar a viagem para além de ver a questão de território ver essa questão
145 também. O presidente Alcemi diz que o pleno deliberou para a CPII fazer esse
146 acompanhamento da denúncia, certamente o ideal é que se aproveite o
147 máximo, o que tinha de violação até o momento da denuncia, o que tem de
148 novo, e a partir disso encaminhar um relato mais conciso para Secretaria
149 Nacional. O presidente Alcemi pergunta se a algum outro comentário ou
150 pergunta sobre esse ponto de pauta. Como não houve manifestação, o
151 presidente passa para o item cinco da pauta. **Quinto Ponto de Pauta:**
152 **Veganismo” na Alimentação Escolar:** O presidente Alcemi diz que havia
153 solicitado a impressão de uma matéria informando sobre a situação que esta
154 acontecendo no município de Serrinha na Bahia, no primeiro momento, e que
155 esta se espalhando pelo Brasil. Uma promotora do município baixou uma
156 determinação de retirada da carne na alimentação escolar no município, no qual
157 os nutricionistas não podem incluir nenhum tipo de carne na alimentação
158 escolar. O conselheiro Leonardo pergunta em que foi baseado a decisão da
159 promotora. O presidente Alcemi diz que a promotora tem como argumento a
160 preocupação com os animais, com o meio ambiente, e com o alto custo da
161 alimentação quando envolve a proteína de origem animal. O movimento
162 vegetariano, onde normalmente a grande maioria restringe alguns tipos de
163 carne, onde alguns não consomem carne vermelha, outros não consomem
164 carne vermelha e peixe, outros tiram ovos e leites, tendo varias denominações.
165 O movimento vegano aprofunda mais, ele retira totalmente o consumo de



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

166 carne, e o movimento vegano tem na perspectiva e como varias justificativas de
167 não inserir em hipotesse alguma a carne na alimentação e não utilizam roupas
168 de origem animal, como couro, produtos de limpeza com teste em animais. O
169 conselheiro Leonardo, diz que no ultimo estudo apontava o estado do Espirito
170 Santos com 40% de vaganos. O presidente Alcemi diz que em hipotesse
171 alguma esta questionando o veganismo, ou as pessoas que aderiram ao
172 veganismos por opção. Essa situação chegou no Consea Nacional, por isso
173 esta sendo pautado, chegou na Comissão de Presidentes, e chegou também
174 no Conselho Federal de Nutricionistas. Não é apenas esse município que
175 tomou essa decisão, outros municípios também aderiram por conta do custo da
176 alimentação escolar, que gera uma economia importante para a prefeitura. O
177 Consea Nacional esta levando em conta nessa discução, o fato da imposição.
178 O presidente Alcemi diz que a questão em si, não é o mérito do do veganismo
179 se é bom ou não, mas o impacto disso em termos de saúde da população, na
180 opção que as pessoas terão, as pessoas passam a não ter opção de
181 consumismo. O presidente Alcemi faz uma observação de que a promotora é
182 vegana. Do ponto de vista do Movimento de Segurança Alimenta, imagine que
183 fosse importo que so pudesse comer ovo na alimentação escolar, independente
184 de ser vegano, ou que so pode comer peixe, ou que so pode comer carne de
185 porco, somente no aspecto religioso já teríamos problema, fora que as pessoas
186 devem escolher o que vão querer comer ou beber. O conselheiro Leonardo, diz
187 que na Prefeitura Municipal de Vitoria, houve um problema um tempo atras, que
188 a semana inteira foi servida carne de porco e houve questionamento por parte
189 dos pais, algumas unidades de ensino ficaram preocupadas com o fato, e se
190 for analisar em nível de estudo, vai ter estudo de que a proteína nescessaria,
191 que tem criança que utilizam a proteína. O presidente Alcemi diz que para
192 entendermos um pouco mais, pergunta aos conselheiros se há ou não uma



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

193 religião no qual cada um serve, e pede para que imaginem chegar em uma
194 escola no qual é determinada uma religião específica para todos, e todos terão
195 que aprender sobre ela, uns ficarão satisfeitos e outros não, imagine se fosse
196 imposto aos membros do CONSEA, que todos teriam que ser botafoguenses,
197 uns estariam felizes e outros não. Quando se começa a estabelecer uma única
198 norma, principalmente quando se entra no campo da alimentação isso passa a
199 ser um tanto quanto perigoso. O conselheiro Leonardo diz que a dieta das
200 pessoas, tanto nos presídios, tanto nas unidades de ensino, em toda área existe
201 as dietas específicas que vai de encontro a essa posição que pode criar uma
202 situação muito constrangedora, o que é preocupante, e que sem uma discussão
203 real, somente impositiva, colocar isso de uma forma igual esta sendo colocado
204 pelo Ministério Público. O conselheiro Marcos diz que se trata de um projeto
205 pessoal da promotora, e pergunta se alguns juiz questionou a imposição feita
206 pela promotora. O conselheiro Leonardo diz que o Ministério Público tem a
207 finalidade de defender os interesses da sociedade, em nível municipal começa
208 pelo nível de promotores, da promotoria, e algumas promotorias tem uma
209 comissão, um conselho que trabalha esse nível estadual. Quando se trata de
210 uma esfera estadual os procuradores desenvolvem junto com os
211 desembargadores, os promotores desenvolvem junto com os juizes da
212 instancia de primeiro grau. Mas como o Ministério Público tem como missão
213 defender os interesses da sociedade, ele entra com essas questões em alguns
214 magistrados do primeiro grau, acabam aderindo para não criar confusão com o
215 Ministério Público. O Presidente diz que ira localizar a materia para que seja lida, pois
216 foi encaminhada a secretaria executiva mas infelizmente não foi repassada. O
217 presidente Alcemi pergunta a conselheira Maria, como esta sendo esse debate na
218 alimentação escolar na Secretaria da Educação do Estado do Espírito Santos. A
219 conselheira Maria diz que esse debate já chegou, e que começou a ter uma demanda
220 de cardapios vegetarianos, a partir da implantação das escolas em tempo integral,



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

221 porque antes como a maioria dos alunos ficaram em tempo parcial ou so ficavam em
222 periodo integral dois ou tres dias na semana para alguma atividade, não havia tanto
223 esse apelo. Com a chegada da Escola Viva, em que os alunos ficam em tempo
224 integral, e fazem tres refeições, começaram esses pedido. Há uma tentativa de
225 atender essas demandas, so que a primeira diretriz do Programa Nacional de
226 Alimentação Escolar – PNAE, fala que o atendimento ao aluno, desrespeito a sua
227 cultura, tradiçoes, e abitos alimentares, sendo extremamente abrangente, nesse
228 sentido entendemos que deve atender a essas demandas. Só que as coisas vão
229 tomando um proporssão muito grande, dentro de uma cozinha coseguir atender a um
230 aluno que é vegetariano, com intolerancia a lactose, com doença celiaca, dentro de
231 uma cozinha teria cinco ou sete cardapios diferentes, em função disse seria
232 basicamente impossivel atender a todas as demandas. E por causa dessas
233 discussões, foi feito o contato com a Coordenação de Segurança Alimentar e
234 Nutricional – COSAN do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Eduacação – FNDE
235 para entender sobre o atendimento a essas especificidades e o FNDE respondeu que
236 o vegetarianismo, o veganismos e as restriçoes de cunho religioso, entram como
237 preferencia alimentar, então o Estado, ou o municipio não tem obrigação pelo PNAE
238 de atender essas especificidades porque é uma opção que a pessoa faz. É importante
239 considerar, que preze por um cardapio da alimentação escolar deve ter sempre uma
240 representatividade de proteínas, carboidratos, gordura, e as porções de hotaliças,
241 frutas e legumes dentro de duzentas gramas semanais que é o que o FNDE prioriza,
242 mas essa proteina não precisa ser somente carne ovo, em dia de pão pode ser com
243 requeijão, pode ser uma vitamina que tem o leite. Na questão da promotora ela poderia
244 ter conseguido de uma forma muito mais suave, menos impositiva, atraves de um
245 trabalho de propor ou começar a mostrar outras possibilidades. A conselheira Maria
246 diz ainda acreditar que os municipios já tenham algum dia sem carne, utilizando o ovo
247 como proteina, um lanche, um leite, não precisava ter dado um carater tão impositivo.
248 De acorco com o PNAE, não tem obrigação de atender, veganos, vegeratianos,
249 adventistas, tem obrigação de atender alunos com necessidade alimentar especial por
250 motivo de saúde, com comprovação médica. O presidente Alcemi diz que garantir a



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

251 diversidade na alimentação é essa a perspectiva do PNAE. A conselheira Maria diz
252 que garantir o atendimento da fração calórica que tem na resolução vinte e seis, durante
253 o período letivo, porque quando abre para a diversidade entra em um conceito tão
254 amplo, que entra em um conceito de várias especificidades. O conselheiro Marcos
255 que não compreendeu o ponto colocado pela conselheira Maria, quando em um ponto
256 ela diz que o PNAE tem que respeitar a tradição, depois em outro ponto ela diz que
257 não, que é uma opção. Como seria isso? O conselheiro Maria diz que se fez essa
258 mesma pergunta, e que a resposta que ela recebeu foi que cabe a entidade executora
259 optar por seguir ou não, a uma tentativa, mas força de lei não tem. O conselheiro
260 Marcos diz que o PNAE sendo de lei nacional, e dizendo por pronta voz diz que não,
261 e não cumpre, e que na tradição dele tem período que fica noventa dias sem comer
262 vários tipos de alimentos, então não vai respeitar o que o PNAE diz, aí vem uma
263 promotora e coloca um projeto que atropela o PNAE. O conselheiro Wallace, inicia a
264 leitura da matéria: Veganos do Sertão: cidades baianas retiram proteína animal da
265 merenda escolar, programa que abrange trinta (30) mil estudantes usará alimentos da
266 agricultura familiar. Um programa inédito no Brasil, lançado esta semana em Serrinha
267 promete cortar em dois anos 100% dos alimentos de origem animal da merenda
268 escolar de quatro cidades do Sertão baiano. Batizado de Escola Sustentável, o
269 programa abrange 30 mil estudantes de cento e trinta e sete (137) unidades escolares,
270 da educação infantil ao programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), em Serrinha,
271 Barrocas, Biritinga e Teofilândia. O programa busca a melhoria na qualidade da
272 alimentação escolar, através da oferta de merenda “preventiva de doenças, livre de
273 ingredientes de origem animal e eficiente do ponto de vista econômico e ambiental”.
274 Prevê também medidas como a implantação de hortas escolares, educação
275 humanitária, reformas das cozinhas e ações para capacitação de quatrocentos e
276 cinquenta (450) merendeiras das cidades envolvidas, o treinamento em Serrinha
277 ocorreu durante esta semana e já foi realizado em Barrocas. Na última segunda-feira
278 (19), os gestores das cidades envolvidas assinaram com o Ministério Público (MP-BA)
279 um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a implantação do projeto piloto do
280 programa. Neste sábado (24), foi realizada uma reunião pública para apresentação



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

281 do Escola Sustentável em Teofilândia, além de palestra sobre educação humanitária
282 para a comunidade e agentes públicos da educação, saúde e meio ambiente locais.
283 Durante o dia, também houve uma exposição de agricultura familiar com produtos já
284 adaptados à proposta alimentar do Escola Sustentável, sem uso de ingredientes de
285 origem animal, além de artesanato e adoção de plantas por crianças das creches
286 locais. Até o final de 2019, a cada semestre serão cortados 25% dos alimentos com
287 proteína animal nas quatro cidades; a merenda então passará a contar com mais
288 produtos da agricultura familiar, frutas, legumes e verduras, e outros de origem
289 vegetal. Lista do corte: Entre os alimentos usados comumente na merenda escolar
290 dessas cidades, os que vão ser cortados logo de início são as carnes de gado servidas
291 como charque junto com feijão ou moídas, de carneiro, aves, peixes, ovos, leite de
292 vaca e manteiga. Em substituição a eles, entram a carne de soja, o leite de arroz, a
293 pasta de amendoim, no lugar da manteiga, legumes, verduras, raízes, frutas, grãos e
294 pão integral. Nesta primeira fase, as escolas servirão produtos de origem vegetal em
295 ao menos um dos dias da semana. A duração de dois anos do programa é a fase de
296 experimentação, e sua implantação definitiva dependerá dos resultados de exames
297 feitos nos estudantes. Eles serão submetidos a exames periódicos de hemograma,
298 ferritina, vitamina B12, colesterol total, triglicerídeos, glicemia e mapeamento do
299 estado nutricional antropométrico, que analisa as medidas de peso, estatura e
300 composição corpórea. A ideia de se implantar o Escola Sustentável se inspirou no
301 programa Segunda Sem Carne, que surgiu em 2003 nos EUA e hoje está em mais de
302 40 países, dentre eles Brasil (desde 2009), em 100 cidades de São Paulo. A diferença
303 para o programa baiano é que o Segunda Sem Carne não prevê o corte de 100% dos
304 alimentos de origem animal do cardápio. Mas nem por isso o Segunda Sem Carne
305 tem sido ineficiente, apenas em 2017, duas mil toneladas de carne deixaram de ser
306 servidas aos alunos paulistas, segundo a Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB). Na
307 Bahia, a iniciativa, que tem a cooperação técnica da Humane Society International
308 (HSI), ONG global que atua na defesa dos direitos dos animais, nasceu de uma
309 conversa informal entre a promotora Letícia Baird, de Serrinha, e prefeitos do Sertão.
310 “Conversávamos sobre castração de animais de rua e outras ações para o meio



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

311 ambiente, quando surgiu essa ideia da promotora e fomos aprofundando o assunto,
312 até assinar os TACs”, comentou o prefeito Adriano Lima (MDB), de Serrinha, onde há
313 mais de 14 mil estudantes. Apesar de já constatar que teve de gastar mais com
314 merenda escolar este ano, em relação a 2017, devido à compra de mais produtos da
315 agricultura familiar, Lima diz que a preocupação maior é com os resultados do
316 programa. “Não sei ao certo em quanto aumentou, mas, inicialmente, estamos
317 pensando mais em fazer com que os alunos tenham uma alimentação mais saudável.
318 E esse aumento do custo se deu pela quantidade que foi maior e pelos próprios
319 produtos da agricultura familiar, mais caros de serem produzidos”, declarou. Pais que
320 não concordarem com dieta podem enviar outra merenda na mochila. A promotora
321 Letícia Baird, atuante na área do Meio Ambiente e dos direitos dos animais, informou
322 que os pais de alunos que não se sentirem à vontade para dar aos seus filhos a
323 alimentação proposta pelo programa Escola Sustentável, terão a liberdade de dar a
324 eles a merenda escolar levada de casa. “Não se trata de imposição alimentar, de
325 alimentação restritiva. Estamos tratando de recurso público, que tem de ser gasto com
326 eficiência. Uma das cláusulas do TAC prevê que se o pai discordar da alimentação
327 oferecida pelo Município ele pode enviar para o filho a merenda na bolsa. Isso está
328 expresso”, destacou. Letícia explica que uma das bases em que o programa está
329 amparado é a própria Constituição Federal, no que se refere à eficiência no uso dos
330 recursos públicos. “A alimentação atualmente não traduz essa eficiência. As despesas
331 mais pesadas na merenda escolar são mais com carne e leite em pó”, critica. “O custo
332 financeiro e ambiental com esses alimentos não é compatível com a lei do Programa
333 Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que diz que o cardápio tem de se pautar na
334 sustentabilidade e diversificação agrícola da região”, continua a promotora, lembrando
335 que há diversos estudos que mostram que “carne processada é causadora de diversas
336 enfermidades”. “O custo ambiental da produção de carne é muito maior que o da
337 produção de grãos. A produção de cento e vinte (120) gramas de carne bovina gera
338 nove (9) kg de emissão de gases do efeito estufa, consome dois mil e quatrocentos
339 (2.400) litros de água e ocupação de 9 metros quadrados de área. A produção desses
340 120 gramas de carne é o equivalente a quinhentos (500) quilos de grãos. Então, com



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

341 três (3) quilos de grãos se alimenta muito mais pessoas”, conclui Letícia Baird. Alunos
342 estão obesos e desnutridos, diz nutricionista. Durante a fase de estudos para
343 implantação do programa Escola Sustentável, foi realizado um levantamento junto às
344 secretarias de Saúde das cidades envolvidas e foi constatado que os alunos estavam
345 com obesidade e problemas de subnutrição. Os dados, por serem sigilosos, não foram
346 divulgados. “Analisarei os dados. Eles são preliminares e internos. Vão se tornar um
347 projeto de pesquisa para o ensino superior e apontam que as crianças ou estão com
348 baixo peso ou excesso de peso, o que não deixa de ser um problema nutricional. Essa
349 é uma realidade no Brasil: a cada criança desnutrida há três obesas”, declarou a
350 nutricionista e pesquisadora Camilla Almeida Menezes, mestre em Alimentos,
351 Nutrição e Saúde pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Uma das voluntárias
352 no projeto, ela explica que não há motivo para receios na troca da proteína animal
353 pela vegetal e critica o uso de alimentos processados, que possuem altos índices de
354 sódio. “O valor da proteína é muito superestimado pela sociedade. Para se ter uma
355 ideia, a quantidade necessária de proteína para uma criança é de 0,8 a 1,2 grama por
356 quilo. Ou seja, é muito fácil atingir isso com setenta (70) a oitenta (80) gramas de
357 grãos”, explicou. A gerente de políticas de alimentares da HSI Brasil, Sandra Lopes,
358 informou que a ONG atuará com profissionais no monitoramento dos resultados das
359 pesquisas nutricionais e na análise dos resultados sobre gastos públicos com a
360 merenda escolar. “Daremos o apoio necessário para que o processo de compra seja
361 racionalizado e faça com que as crianças possam se alimentar melhor, valorizando os
362 produtos regionais e movimentando também a economia local”, declarou. Dentre
363 outras ações que as prefeituras terão de fazer, conforme os termos de conduta, estão
364 ações educativas diversas, como a “VegSertão”, uma feira científica sobre produtos
365 regionais de origem vegetal, e a proibição da comercialização de produtos estranhos
366 à alimentação escolar oferecida nas unidades. O presidente Alcemi pede para que
367 seja feito o envio dessa matéria aos conselheiros pela secretaria executiva. O
368 presidente diz que os conselheiros também receberam um outro e-mail e pede para
369 não confundirem com a matéria, um e-mail que o Conselho Nacional de Segurança
370 Alimentar e Nutricional (CONSEA) encaminhou para os Conselhos Estaduais de



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

371 Segurança Alimentar e Nutricional, uma solicitação para o levantamento de legislação
372 no estado, de situações que favorecem ou atrapalham a comercialização de alimentos
373 da agricultura familiar, vocês receberam esse e-mail, e um link para vocês explicarem
374 diretamente no formulário. O CONSEA Nacional, irá fazer um apanhado de como esta
375 a legislação no estado, se estive municípios é melhor ainda, para poder apresentar o
376 resultado em Brasília aos parlamentares, para que possa avançar em relação a
377 agricultura familiar, principalmente na comercialização dos produtos. São duas
378 solicitações que precisam ser encaminhadas aos conselheiros. Retomando o assunto
379 da matéria, o presidente Alcemi a matéria é repleta de elementos, e que está aberto
380 para comentários sobre. O conselheiro Marcos diz que esteve um tempo no sertão
381 da Bahia, porque é visível que isso tem um cunho econômico, político, e que querem
382 economizar o dinheiro, em toda a matéria se ver a questão de economia de dinheiro.
383 O presidente Alcemi diz que essa é a preocupação de trazer para debate, porque a
384 tendência de isso ir se discriminando entre os outros estados e municípios, então ao
385 trazer pra cá já ficamos cientes que dependendo precisaremos recorrer a Secretaria do
386 Estado de Educação –SEDU nessa perspectiva de segurança alimentar e nutricional,
387 não estamos fazendo juízo de valor ao vegetarianismo, veganismo, e muito menos ao
388 projeto Alimentação Sustentável, mas há imposição, quando se diz que não há
389 imposição na verdade é uma imposição, fazer um TAC para ajustar alimentação
390 escolar é uma coisa, ter que tirar a carne para que ela fique ajustada é outra coisa, e
391 é nessa linha que precisamos dar o encaminhamento. O conselheiro Leonardo diz que
392 ficou claro na matéria. Primeiro que qualquer mudança em uma situação dessa tem
393 que haver um estudo, uma pesquisa para saber o porque esta mudando, a não
394 fizemos estudo porque achamos isso, achamos aquilo, ficou claro que isso esta
395 parecendo mais um hobby de um segmento do que uma preocupação com a
396 alimentação das crianças em nível de Brasil. Segundo, quando colocam como opção,
397 os pais colocarem na educação pública, uma outra merenda na mochila, é uma coisa
398 absurda. Quando se fala em pasta de amendoim isso é uma alimentação norte
399 americana, que eles têm cultura de utilizar, e aqui temos crianças que são alérgicas a
400 amendoim, então isso vai de encontro contrário a esse conselho em nível Estadual,



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

401 Municipal ou Nacional, em questão de Segurança Alimentar e Nutricional, nas escolas
402 e em todos os estabelecimentos, a uma preocupação muito grande em relação a isso,
403 e provavelmente teremos que nos calçar com legislações seja pelo FNDE, seja pela
404 Constituição Federal, seja pelo Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –
405 LDB, para poder segurar um pouco essa turma aí, porque isso ta vindo como uma
406 avalanche. Por exemplo o Presidente da Republica esta canetando em Brasilia para
407 isentar os produtores de petróleo em mais de 30 trilhões de reais. Isentar de imposto,
408 sendo que esta precisando de dinheiro, são situações absurdas que além de trazer
409 para o conselho deve-se ficar alerta em relação a isso. O conselheiro Wallace diz que
410 gostaria de registrar e parabenizar a conselheira Maria, porque em primeiro momento
411 revela-se o seu conhecimento na legislação do PNAE, e em imediato a sua
412 antecipação de esta pensando de uma forma ate mais ampla que nos técnicos, a
413 questão própria do projeto e as suas deliberações, onde nos temos que nos recorrer
414 é na legislação, e que infelizmente, mas uma vez órgãos que deveriam estar
415 trabalhando para fazer valer minimamente, com a obrigação de se fazer acontecer a
416 alimentação escolar nos estados, municípios e no distrito federal são órgãos que estão
417 fazendo com que a própria política não aconteça, o próprio programa não aconteça,
418 lá na Lei Federal, da onde vem o recurso, os municpos so fazem, só conseguem
419 cumprir com o PNAE, com o recurso federal, e se ve uma atrocidade dessa, e vemos
420 também o Direito Humano a Alimentação sendo infligido e ate mesmo o direito da
421 criança garantido em outra legislação, e se ve uma idiotice ate uma promotora dizer
422 que se quiser que leve, o direito do aluno é se alimentar na escola e acabo, ele não
423 tem que levar, ele tem que receber. Podemos ir trabalhando para que essa legislação
424 se abra a situações que a própria lesgialação diz, que a conselheira Maria trouxe em
425 uma fala com o pessoal da COSAN, de que nos temos a obrigação, o PNAE, tem a
426 obrigação de atender as necessidades alimentares essenciais, que existe um
427 documento especifico para isso, e foi lançado um mais novo em 2017, na questão em
428 relação a saúde com apresentação de laudo médico, por outro lado os outros atos por
429 livre espontânea vontade, cada um se adeque e faça da forma que tem que ser feita.
430 Devemos expandir esse discursão de um cunho, como esta sendo traçado no



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

431 CONSEA, tanto em um apoio a SEDU, quanto apoio aos municípios, tendo a
432 possibilidade de se promover um debate se antecipando a qualquer situação
433 inconsequente, desde mesmo órgão, entre os municípios e a própria SEDU. A
434 conselheira Maria diz como seria essa notícia chegando a cozinha de quatrocentas
435 (400) escolas, com duzentos e sessenta (260) mil alunos na rede estadual, a questão
436 da pasta de amendoim, esta na lista de alimentos restritos ou proibidos na alimentação
437 escolar. Em questão da alimentação, quem é da área, quem é nutricionista, deve
438 lembrar que o símbolo da nutrição na balança, o equilíbrio, não existe um único
439 caminho para se chegar a uma resposta, há várias alternativas. A Lei nº 11.947/2009
440 –Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE, não tínhamos a discussão de
441 alimentação como temos hoje, não tínhamos a quantidade de modismos alimentares
442 que temos hoje. Existe a previsão de renovação dessa lei, quem é da área técnica
443 conhece os valores de referência nutricional, em termos de recomendações
444 individuais e coletivas. As recomendações coletivas são cerca de 60%, exatamente
445 nas recomendações coletivas não se consegue atingir todo mundo, e não tem como
446 individualizar, deve-se ter muita cautela, muita serenidade, até com nossos
447 representantes legais, para começar a tocar nesse assunto, porque agora veio atona
448 o veganismo, e é crescente o número de adeptos ao movimento vegano, a segunda
449 sem carne. Deve-se conversar com os representantes para que não comesse a circular
450 como uma imposição, porque a SEDU vira e mexe recebe proposta de legislação no
451 âmbito da alimentação escolar, com as coisas mais absurdas do mundo, porque tem
452 gente que ouve falar que laranja faz bem, por causa da vitamina C, e que intupir uma
453 laranja por dia nos alunos, e não temos nem capacidade produtiva de ter uma laranja
454 por dia. As pessoas não pensam nas consequências. Essas propostas já existem a
455 muito tempo, quem é da área deve ter um olhar bem aberto, quem já trabalhou em
456 cozinha de escola sabe que não é possível atender a todas as diversidades que
457 aparecem, no âmbito da alimentação escolar é impossível atender todo mundo, e sim
458 a alimentação escolar é direito do aluno, deve-se trabalhar nos parâmetros legais, mas
459 também atender a família, no atendimento a esse aluno. Atendemos a maioria, temos
460 carne no cardápio, mas também tem dias com ovos, em dias de lanche, vai ter queijo,



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

461 requeijão, ou leite, ou a própria carne, para os alunos vegetarianos, temos batalhado
462 para conseguir cardápios especiais substituindo por uma salada, por grão, por uma
463 proteína de soja. O conselheiro Marcos diz a conselheira Maria o contemplou em sua
464 fala, na parte que fala que temos que antecipar a conversa com os gestores,
465 principalmente os estaduais. Falando da tradição se seguir o norte da maioria, não ira
466 respeitar a tradição, direito a lei da tradição a lei fala, mas e o Estado? Como seria?
467 Quando falo de antecipar é buscar se tem alguma comissão na assembleia que fale
468 sobre o direito alimentar, direitos humanos, ou alguma comissão que possa se discutir
469 isso, discursão de normativa, ou lei, para antes que aconteça. Porque tudo que esta
470 sendo discutido é cunho financeiro. Vejo como uma provocação a esse conselho, ou
471 criar uma comissão, para antecipar esse fato dentro do estado para conversar com os
472 legislativos do estado, não sei como funcionaria, mas atencipar antes qe aconteça. O
473 presidente Alcemir diz que a ideia é normalmente essa, trazer pra ca, para que quando
474 chegue no estado o conselho possa auxiliar, porque o mais grave é que nem adinada
475 antecipar na Assembleia Legislativa, deve-se antecipar no Ministerio Publico – MP,
476 porque la aconteceu via MP, a preocupação de antecipar, é que começa a dar ideia
477 para um monte de gente. O conselheiro Marcos diz que se deve antecipar, para não
478 correr o risco dessa decisão partir do MP. O conselheiro Gilmar diz que na região
479 metropolitana, o MP não tem tanta força como no interior de Serrinha na Bahia. O
480 conselheiro Marcos dis que prefere antecipar e amarrar antes que chegue. O
481 precidente Alcemir faz a observação que o encaminhamento que o conselheiro
482 Marcos esta sugerindo já tem uma Comissão Permanente –CP que tem esse papel,
483 que o Conselheiro Gilmar herdou, cabe ao Gilmar esta poderando é se vamos levantar
484 isso pode ate gerar gente para mobilizar. O conselheiro Wallace é importante ressaltar
485 que as próprias entidades de classe, o CONSEA Nacional, já estão de manifestanto,
486 isso é bem provável que ira ganhar o Brasil de norte a sul, e se for necessária teremos
487 algo mais substanciado. A conselheira Maria diz ser contra aproibições, e que a
488 alimentação tem caminhamos que proibamos, desde que seja uma coisa
489 comprovadamente prejudicial a saúde, como por exemplo refrigerante na alimentação
490 escolar, um cardápio sem carne não é necessariamente prejudicial a saúde, o



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

491 problema foi a forma como foi colocado. Como um relato interessante no estado temos
492 o uso de alguns imbutidos, igual no feijão tropeiro a linguiça calabresa e ovo
493 complementando a proteína, ano passado a Sra. Juliana chegou para trabalhar no
494 Estado, e cortou a linguiça do feijão tropeiro, porque ela achava um absurdo, e deu
495 uma confusão, esse ano começamos a trabalhar a educação nutricional com os
496 alunos, e os próprios alunos pediram para trocar a linguiça calabresa por carne de
497 porco, por isso que se a questão for trabalhada de outra forma é interessante, pudesse
498 estimular a variedade de grãos, variedade de verduras, dapra desenvolver legal um
499 cardápio sem carne, não é um terror ficar sem carne, mas de forma impositiva e sem
500 um olhar global, não vai funcionar. O conselheiro Marcos diz que nessa perspectiva,
501 nesse olhar, que se fizesse a conscientização, e que não fosse uma promotora
502 vegana, e que em seu discurso focasse na saúde e não na questão financeira, e
503 deixasse em aberto, apara o aluno decidir, e pegasse o percentual de alunos, e fazia
504 o trabalho coletivo. O presidente Alcemi diz que os outros CONSEA's, também estão
505 levando esse assunto a debate. Para sabermos qual o posicionamento deveremos
506 tomar se essa situação chegar no estado. O FNDE, já foi chamado a se posicionar em
507 relação isso, e possivelmente ele ira o olhar que a conselheira Maria trouxe.
508 Lembrando que em nenhum momento a o questionamento de que com relação aos
509 vegetais. O FNDE solicitou ao Conselho Federal de Nutricionista para que também
510 fizesse um posicionamento sobre isso e vai sair o posicionamento em breve. Não
511 tenham duvida que o CONSEA Nacional ira se posicionar, e pode ser que nos
512 enquanto conselho estadual sejamos chamados para nos posicionar e iremos dar
513 essa contribuição, manifestando apoio ou contrario. Esse tema iniciou-se hoje mas
514 chegando mais informações seremos provocados com novos elementos. O presidente
515 Alcemi pergunto qual o posicionamento do conselho, aguardar ou fazer algo. O
516 conselheiro Oderson diz que devesse antecipar, e que quando trabalhou na Petrobrás,
517 todos que ia chegando novos preenchiam uma fixa, dizendo se era vegano ou não, e
518 um fiscal levava, para quem cuidava da alimentação, e o chef era responsável pela
519 preparação da alimentação daquelas pessoas que eram veganas. O presidente
520 Alcemir diz que os conselheiros Oderson e Marcos optam por antecipar, antecipar a



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

521 conversa com o legislativo e levar o problema, e evitar que chegue no estado, e se
522 chegar que medidas sejam tomadas pelo legislativo, esse é o encaminhamento que
523 temos no momento. A conselheira Paula lembra que estamos em período próximo ao
524 processo eleitoral e que vários parlamentares estão se ausentando dos seus cargos, e
525 que vai haver mudanças expressivas ou não, e consederar se vale fazer isso neste
526 momento. O conselheiro Marcos diz que para chegar a esse ponto, precisamos seguir
527 os tramites, porque isso ira parar primeiro na comissão, e a comissão ira discutir, e
528 depois de tres meses, ou seja, depois das eleições que ira a algum lugar, não ira
529 direto, passarar por tramites. A conselheira Maria diz que o posicionamento do CFN
530 foi solicitado, mas não saiu ainda. O presidente Alcemi explicou que no CFN chegou
531 a solicitação esse final de semana do FNDE para que pudesse se posicionar, a pedido
532 que ate o final do mês para o inicio do outro, saia; em relação aos CONSEA Regionais,
533 acredito, porque ainda não recebi essa informação, que o FNDE tenha solicitado. A
534 conselheira Maria diz que sua preocupação é de chamar a aatenção para algo que
535 ainda não chegou e que ainda vai sair o posicionamento do CFN, FNDE. O conselheiro
536 Marcos diz que quando fala de antecipar é estrategicamente antecipar, o que se pode
537 articular em produto efetivo de lei, pegaríamos argumentos, justificativas da lei, se
538 impoderar dos fatos, e não ir inconsequentemente. O presidente Alcemi confirma com
539 os conselheiros se o encaminhamento é enviar essa pauta, essa matéria para que a
540 CP trabalhe isso melhor e traga o encaminhamento. O presidente Alcemi questiona
541 os conselheiros de qual CP assumiria essa responsabilidade. A conselheira Marilene
542 encaminha para CP4. O conselheiro Marcos diz que teria que ter a CP4 e a CP5. O
543 conselheiro Leonardo, diz que ira chegar um momento que não poderar separar, e
544 terá que ser o conselho atuando sobre a questão, todos devem se empoderar deste
545 conhecimento para que qualquer quentionamento seja respondido em uma única voz.
546 O conselheiro Marcos propõe que poderia ser feita a parceria com os Direitos
547 Humanos da Defensoria Pública. O conselheiro Wallace ressalta que niguem é
548 obrigado a assinar um TAC, onde essa promotora iria apresentar que o Programa
549 Nacional de Alimentação Escolar esta infligindo uma situação dessa, um cara que esta
550 muito leigo, e que seu jurídico não esta fazendo analise de nada. O conselheiro



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

551 Marcos diz que no interior é muito comum a questão familiar, o prefeito é da família x,
552 a promotora é da família x. A conselheira Maria diz que as vezes para uma
553 determinada população realmente foi interessante, e que isso ira ampliar os horizontes
554 para outras formas de se alimentar que custe menos em casa também. O presidente
555 Alcemi propõe que o tema seja pautado em todas as comissões, sendo assim todos
556 irão se apropriar do assunto, e tras para a Plenária, reforça ainda que de 14 à 18 de
557 junho o pleno do CFN ira se reunir, do CONSEA Nacional de 19 a 20, e sera antes
558 das Plenária Ordinária do CONSEA/ES ou seja serão respostas uma em cima da outra
559 e as CP's terão condições de estudar, terá tempo de se interar do assunto e trazer
560 posicionamentos novos sobre o assunto. No CONSEA Nacional essa é a pratica,
561 todas as CP's trabalham o tema central, ou o tema mais debatido por eles, e levam
562 suas contribuições e encaminhamentos para a plenária. O presidente Alcemi continua
563 sua fala dizendo que os pontos que a conselheira Maria sinalizou é legal, pois tem uns
564 aspectos que não são no coletivo, mas se olharmos nos próprios argumentos da
565 promotora há aspectos interessantes, para se cuidar enquanto sociedade mesmo, a
566 perspectiva da sustentabilidade, do trato com os animais, certamente tem algo pode
567 ser aproveitado e colocado em pratica. O problema esta sendo enquanto segurança
568 alimentar a possibilidade de não ter escolha, isso passa a ser um ponto complicado.
569 O presidente Alcemi pergunta aos conselheiros presentes se pode ser esse o
570 encaminhamento, pautar em todas as CP's, e cada um dar o seu olhar, e procura mais
571 informações sobre o tema. Sendo isso que o conselheiro Gilmar comentou, ler o TAC,
572 porque é ali que esta de fato o que esta valendo, mas do que a matéria do jornal. O
573 conselheiro Marcos pergunta se as CP's que estão formadas são fechadas, e como
574 funciona. O presidente Alcemi responde que são abertas e pede para que a secretaria
575 executiva encaminhe ao conselheiro Marcos a composição atual das CP's, e pede
576 para que o conselheiro Marcos veja em qual se encaixa. O conselheiro Leonardo diz
577 que existe o Conselho Nacional do Ministerio Publico, se essa promotora for desse
578 conselho, ela poderá pautar esse assunto la, e enraizar essa questão em nível
579 nacional, precisamos ter essa preocupação. O presidente Alcemi diz que a
580 conselheira Jaqueline, chegou ate ele e disse que a comissão já fez alguns contatos



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

581 e tem aprovado a data da visita. A conselheira Jaqueline diz que encontrou
582 dificuldades, e que conversou com os integrantes e que só faltava conversar com o
583 conselheiro Rosemberg. E que foi checar a possibilidade da van, e a possibilidade so
584 poderia ser de 4 a 8 de junho ou de 18 a 29, sendo que há datas de jogos da copa,
585 então a ultima semana do mês de junho esta descartada. Então seria só de 4 a 8 ou
586 de 18 a 21. E a maioria dos componentes estão tendendo para a primeira semana de
587 junho de 4 a 8, mas depende da resposta do conselheiro Rosemberg para poder
588 marcar. O presidente Alcemi pergunta se fica pode constar em ATA, a provável data
589 nos dias de 4 a 8 de junho. O presidente Alcemi pergunta se há mais algum comentário
590 sobre a questão do veganismo, e se o encaminhamento será pautar em todas as CP's,
591 e se já pode entrar nos informes. O conselheiro Marcos pede se a possibilidade de se
592 inverter a ordem dos informes, para que ele possa se ausentar com antecedência,
593 para compromissos pessoais. O presidente Alcemi concorda. **IFORMES: Projeto**
594 **Permacultura e Diversidade em Cariacica:** O conselheiro Marcos diz que os
595 integrantes do movimento de Matriz Africana, estão dialogando em Bahia e aqui no
596 estado, com esse Projeto de Permacultura, vão passar por 14 estados. O projeto
597 Permacultura de Cariacica teve uma reunião, foi encaminhado até um ofício para o Sr.
598 Alcemi, presidente deste conselho, Rosemberg fez a representação tripartite lá. No
599 projeto, ira trabalhar com peixe, pimenta rosa, hotalisas, plantas medicinais, caprinio
600 e galinhas, tudo em um espaço em Cariacica, já tem a área, o Instituto Capixaba de
601 Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural –INCAPE já fez o levantamento e
602 passou relatório aprovando o projeto. O projeto visa trabalhar a comunidade em um
603 todo. O tipo de peixe que sera usado é a tilapia, porque em contrapartida a intenção
604 é doar o couro do peixe para o hospital que trata queimadura. Sera feito um cadastro
605 da comunidade e os produtos da horta sera para dentro do projeto. Seja encaminhado
606 ao pesidente desse conselho, para a mesa diretora, para fazer a analise o pleno, e
607 trazer para as CP's. La esta bem encaminhado o prefeito cedeu a área, foi criada uma
608 comissão onde se tem igualdade racial local, tem igualdade racial estadual, matriz
609 africana local, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, transexuais ou Transgêneros. –
610 LGBT, juventude negra, idoso. Foi colocada a diversidade, porque projeto tomou uma



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

611 amplitude, porque ao fazer uma visita técnica, no espaço havia 3 construções
612 embargadas pelo juiz, que seriam um posto de saúde então invadiram, então a
613 decisão judicial foi a desapropriação e deveria se tornar uso do espaço com processo
614 social, então ira trabalhar o idoso na horta, a juventude na pesca, e terá essa
615 diversidade no projeto, em Padre Gabriel em Cariacica. Precisamos do olhar das CP's
616 e do pleno por esse projeto. O presidente Alcemi diz que o conselheiro Marcos já
617 antecipou, e ele ira oficializar com a secretaria executiva, para incluir na próxima
618 plenária para que possamos fazer o debate. O conselheiro Marcos diz que com esse
619 projeto sera criado fóruns e cooperativas dos povos tradicionais, que vai gerir. Porque
620 as vezes o produtor rural que pode estar trabalhando. Muito mais isso, estamos quse
621 conseguindo trazer os africanos para discutir as cidades Coimans, então teremos
622 produtos gerados sem atravessador, se o prefeito de la assinar e o daqui assinar
623 teremos esse espaço de produção de cultura. Sera tratado o empreendedorismo negro.
624 O presidente Alcemi diz que o conselheiro Marcos pode contar com o conselho.
625 **Projeto Cisternas:** O presidente Alcemi pede para o Sr. Fabio, secretario executivo
626 da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional –CAISAN, atualizar
627 o conselho sobre a situação do projeto, e pede desculpas por não ter apresentado as
628 duas senhoras que estavam na plenária, e pede para que elas se apresentem. A Sra
629 Gisele, assistente social, que ira trabalhar com as cisternas. A Sra. Juliana, que diz
630 que acabou de chegar, e que ela e a Sra. Gisele estão se apropriando dos
631 documentos. O presidente Alcemi da as boas vindas as duas e pede para que sejam
632 figuras assíduas no CONSEA/ES. O Sr. Fabio, diz que na ultima reunião foi falado a
633 questão do edital, de recolhimento da relação de entidades. Foi finalizado esse
634 processo de coleta de documentação, na segunda-feira sera feita a publicação do
635 resultado final das habilitadas, e fizemos todos os tramites, abertura de curso, coleta
636 de documentos, tudo que competia ao edital. Foi feito também o momento institucional
637 para falar com os 57 municipios na semana passada, já p ara iniciar essa fala com os
638 municípios e explicar a metodologia de trabalho com os prefeitos, o processo de
639 trabalho foi feito com a Secretaria Estadual de Trabalho, Assistência e
640 Desenvolvimento Social –SETADES com os prefeitos, falar qual a metodologia e



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

641 apartir de que momento a equipe começa a deslanchar o Projeto Cisternas em cada
642 município. Hoje estamos no processo do aguardo da entidade. O presidente Alcemi
643 parabeniza o Sr. Fabio e toda a equipe. O conselheiro Marcos pergunta qual seria o
644 beneficiário de ponta, qual o acesso ao produto final, se seria o prefeito que
645 determinaria. O Sr Fabio responde que não, e que o processo de identificação dessas
646 famílias esta condicionado ao Ministerio de Desenvolvimento Social –MDS, foi
647 apresentado ao Espirito Santos, todos os possivis municípios que seriam atendidos
648 com as cisternas e um quantitativo de cisternas, porem não há esta possibilidade pelo
649 fato de ter sido conveniado 2.808 unidades, então fechamos em 57 municipios, desses
650 57 levamos em consideração critérios de elegibilidade, ou seja, qual é o perfil do
651 município para que possivelmente recebesse aquela unidade de cisternas. Quando
652 falasse da construção, estamos falando da família que é o produto final, então o gestor
653 não terá nenhum tipo de implicação para dizer se a família vai ou não, pois sera feito
654 um perfil com uma comissão local, o CONSEA faz parte desse processo de trabalho,
655 vai esta referendando a concessão daquele beneficio a família. O MDS passou
656 apenas o quantitativo, a lista nominal das famílias so após a entidade ter sido
657 habilitada. Se estiver no perfil de cadastro único, levasse em consideração sua
658 composição familiar, seu perfil de renda, e a realidade em que sua família esteja
659 vivendo, possivelmente, sera uma família contemplada, que ira referendar isso é a
660 equipe de assistência social, agricultura, Incaper, a sociedade executora, enfim, é um
661 contexto que refenda a instalação da cisterna para sua família. O conselheiro Marcos
662 pergunta porque não poderia otimizar para uma instituição de matriz africana por
663 exemplo, que atende a 70 famílias. O Sr. Fabio responde que o que se tem trabalhado
664 para o Espirito Santo hoje é o que é chamado de Tecnologia Social para Família, para
665 uma instituição, para um grupo, para uma comunidade, ou qualquer tipo de
666 denominação que se tem, é outro tipo de tecnologia, que não compete ao que se esta
667 conveniado hoje. O presidente Alcemi agradece ao Sr. Fabio, e pergunta se há alguma
668 duvida. **Visitas Municípios:** O presidente Alcemi diz que infelizmente a visita não foi
669 feita ainda. Em temos de visita por conta do Sistema Nacional de Segurança Alimentar
670 e Nutricional –SISAN, não foi possível visitar os municípios. A conselheira Jaqueline



CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CONSEA/ES
Instituído através do Decreto nº 1141-S, de 29 de maio de 2003.

671 diz que já tem uma data para a visita, ficou para o dia 6 e 7 de junho, para ir em São
672 Mateus e Conceição da Barra, é preciso que seja definido quais comunidades iremos
673 visitar. O presidente Alcemi diz que o conselheiro Rosemberg como coordenador da
674 CPIL deve indicar as comunidades. **Nova Gestão Conselho Federal de**
675 **Nutricionistas –CFN:** O conselheiro Eduardo diz que é uma satisfação para o
676 conselho, que dia 18 deste mês, foi eleita a nova composição do CFN, e pela primeira
677 vez a história o Conselho Regional de Nutricionistas da Quarta Região –CRN4, que é
678 Rio de Janeiro e Espírito Santo, e foi feita a indicação de nomes para compor chapa,
679 para depois fazer a eleição, dos dois mais votados e o nome do professor e presidente
680 desse conselho o Sr. Alcemi foi o nome mais votado dos conselheiros indicados, e foi
681 indicado para compor uma chapa do CFN, saiu o nome do professor Alcemi, e da Sra.
682 Miriam do Rio de Janeiro, que tem um vasto conhecimento na gestão. Foi eleito
683 também como Diretoria do CFN e como Tesoureiro do CFN. **Greve dos**
684 **Caminhoneiros:** O conselheiro Gilmar, diz que em questão de transporte público, se
685 mantida a greve dos caminhoneiros, dependendo do resultado da reunião que farão,
686 a partir de amanhã o transporte público irá rodar no horário de sábado, e no sábado
687 roda no horário de domingo, e no domingo roda com o horário de domingo com 30%
688 de redução da frota e na segunda no horário de sábado, com a intenção de
689 economizar óleo diesel, se manter a frota e horários normais, e não houver o
690 abastecimento, não haverá os ônibus não terão condições de rodar. O presidente
691 Alcemi agradece a todos e encerra a 115ª Plenária Ordinária do CONSEA/ES.

692

693 Alcemi Almeida de Barros
694 **Presidente**

Nilceia Maria Pizza
Vice-Presidente

695

696 Janaina Odhara Oliveira
697 **Secretaria Executiva**

698